

RESENHA

Milena Favalli Simão¹ (Unifal-MG)

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Sintaxe para a educação básica**: com sugestões didáticas, exercícios e respostas. São Paulo: Contexto, 2012. 176 páginas.

Na primeira parte do livro, há uma explicação sobre a necessidade de se fazer escolhas quando se fala do ensino de língua e, especificamente, sobre o ensino da sintaxe. Aos estudantes, professores ou futuros professores, o autor informa que a análise sintática, ou seja, o reconhecimento de palavras no nível da frase e/ou oração, não é algo totalmente previsível e objetivo, pois “[as línguas] criam exceções, mudam daqui para ali, se recusam a caber dentro de regras simples e sucintas” (FERRAREZI, 2012, p.15). A língua, portanto, abrange variações e, para estudá-la, torna-se necessário escolher o ponto de vista adequado, a nomenclatura a ser utilizada na descrição linguística, sem falar nas escolhas do método pedagógico e da concepção de língua a ser adotada em sala de aula.

Os exemplos citados acima são alguns dos subtópicos da “Introdução”. Nela, o autor explica que, quando o professor escolhe, por exemplo, fazer uma descrição funcional, a sua análise abrangerá uma visão diferente de professores adeptos ao ensino de gramática normativa. Da mesma forma, outro tópico a ser considerado se refere às nomenclaturas, tendo em vista que, no primeiro capítulo, são questionados os “rótulos” dados às palavras, como substantivo, complemento nominal e objeto direto e indireto. De acordo com a obra, seria mais adequado ensinar a classe gramatical “substantivo” como “nome”, assim como falar de “complemento adverbial” ao ensinar os termos que se ligam aos advérbios e “complemento verbal” ao se referir a objetos diretos e indiretos.

Devido a isso, considera-se que a descrição sintática de uma língua demanda escolhas sobre como ensinar o conteúdo aos alunos, que não necessitam conhecer todos os termos específicos e todos os pormenores técnicos assim como o professor. Afinal, o ensino e o estudo da sintaxe não se resumem a fórmulas matemáticas ou químicas, mas abrangem particularidades e, por isso, podem ser explicados de diferentes formas. Cabe aos professores,

¹ Acadêmica do curso de Letras- habilitação português na Universidade Federal de Alfenas e revisora de textos. e-mail: milena.simao@sou.unifal-mg.edu.br, milenafavallis@gmail.com

portanto, escolher as maneiras mais exequíveis de acordo com a turma e com as suas escolhas pedagógicas.

Para finalizar o capítulo introdutório, fala-se sobre a complexidade de uma língua e sobre o ensino desta, o qual não deve privilegiar os fenômenos da fala ou da escrita, mas priorizar o ensino de ambas, pois cada uma tem especificidades e graus de formalidade/informalidade dependendo da ocasião. É necessário, portanto, que os alunos possam compreender “as formas básicas e gerais de organização da língua” (p. 26).

No capítulo “Para começar a jornada”, são apresentados os conceitos relativos a uma língua. A princípio, o autor explica o que é a gramática e identifica as suas divisões, quais sejam: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. A cada uma dessas divisões está associada uma parte da Linguística, como a Fonética, a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática, as quais estudam respectivamente cada uma das divisões citadas .

Como o foco do livro é a Sintaxe, deve-se considerar que tal área se destina ao estudo da organização de termos presentes em “trechos da língua”, ou seja, frases nominais e/ou orações: “com a sintaxe vamos estudar as regras que são usadas para formar os trechos da língua que criamos quando falamos ou escrevemos” (p. 36). Para realizar esse estudo, portanto, é necessário trabalhar com a análise sintática.

Mas é importante reiterar que, de acordo com o autor, quando se deseja fazer análise sintática, é necessário recorrer a critérios sintáticos, sem considerar o sentido das palavras no mundo externo. Como exemplo, utiliza-se o conceito de “sujeito”: em gramáticas tradicionais, “sujeito” está relacionado a seres e isso, como é demonstrado no capítulo, causa problemas de identificação durante a análise de frases como “A Maria bateu no pobrezinho do João doentinho na cama”.

Além da defesa pelo uso de critérios adequados, é necessário repensar o ensino de sintaxe nos anos iniciais, quando os alunos deveriam aprender, principalmente, a ler, escrever, ouvir e falar, assim como defendem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Como solução, o capítulo indica uma separação adequada dos tópicos de sintaxe em turmas a partir do Ensino Fundamental II.

Ao iniciar a parte gramatical, “a organização da língua”, o livro retoma conceitos da área de Morfologia para explicar, de forma concisa, o funcionamento do eixo paradigmático (listas) e do eixo sintagmático (nível das combinações). A partir disso, o capítulo defende a seguinte noção: o aluno necessita conhecer as classes gramaticais para compreender como os termos se estruturam e se relacionam no nível sintático.

Na primeira parte, ainda são apresentadas as cinco classes (nominais que funcionam como base, nominais que funcionam como adjetivos, verbos, advérbios e conectivos) e as suas características, considerando a corrente funcionalista. Com isso, é importante destacar que se discute o fato de os nomes concordarem em gênero e número com os nominais adjetivos e em número e pessoa com os verbos, conceitos que são necessários para o preenchimento das lacunas sintáticas abertas pelos núcleos.

Após retomar conceitos sobre classes gramaticais, o capítulo adentra a questão dos sintagmas (ou “parte mínima”), que, quando combinados, formam as frases nominais ou as orações. Além disso, vale destacar outro ponto discutido pelo livro: certas construções linguísticas se dão por meio da conexão sintática e semântica entre as palavras nucleares e as palavras periféricas, as quais obedecem às condições propostas pelos núcleos. Assim, com o comando de uma estrutura sobre a outra, estabelece-se uma relação de subordinação.

Mas, no capítulo, outro tipo de relação é exposto: a relação por coordenação, que abrange a repetição de partes ou orações com a mesma função e a relação baseada exclusivamente pelo sentido (p. 84). Nesse caso, certas partes da frase nominal/oração não servem como comando, pois, na frase, estão em “igualdade sintática” (p. 84) aos termos relacionados.

Quanto aos conectivos, é interessante destacar que eles atuam em ambos os casos: em relações de coordenação ou de subordinação. Nas primeiras, eles são utilizados para indicar o sentido das relações (p. 87), enquanto que, nas outras, podem ser usados para bloquear a relação de concordância entre nomes e/ou, da mesma forma, indicar o sentido das relações (p. 87). Ou seja, os conectivos podem ser usados para fazer a ligação entre dois nomes, para indicar a ideia de relação ou para interligar frases nominais ou orações.

Por fim, o capítulo apresenta a ordem canônica do português e a questão da melodia ao se pronunciarem as frases. Esses recursos, quando utilizados, auxiliam na interpretação de construções que geram ambiguidades.

Existem núcleos geradores de sintagmas e núcleos de sintagmas. No capítulo “Os diferentes tipos de sintagmas”, são expostas as relações entre os núcleos que são norteadores do sintagma, como a palavra “casa”, retirada do trecho “a casa do João” (p. 94). Mas, o ponto principal da primeira parte do texto se refere à distinção feita entre frases nominais, que têm como centro os nomes, e as frases verbais (orações), que têm o verbo como núcleo da oração, pois, sem o verbo, não há oração, mas existe oração construída sem a presença do sujeito.

Após a primeira parte, o capítulo se subdivide em seções para explicar, especificamente, os sintagmas ligados a nomes, os sintagmas ligados a verbos e os sintagmas ligados a palavras nominais (adjetivos).

Em relação aos sintagmas ligados a nomes, há uma diferenciação entre a gramática funcional e a gramática normativa. Para o autor, não existe “adjunto adnominal” tal qual propõem os tradicionalistas, pois tanto a questão terminológica como a questão conceitual sobre “adjuntos adnominais” é questionada. De acordo com o livro, utilizar “adnominal” é redundante.

Mas, além disso, o ponto mais importante se resume à noção de os adjuntos serem representados por adjetivos – fato que põe em discordância a classificação da estrutura “da Maria”, que, de acordo com a tradição, seria um adjunto adnominal indicador de posse. No caso, “da Maria” funcionaria como complemento nominal, pois, segundo o capítulo, os complementos não mantêm relação de concordância com o nome ao qual se referem.

Para finalizar a parte de sintagmas ligados a nomes, fala-se sobre o aposto, que é caracterizado como “espelho sintático” (p. 103) devido ao fato de possuir a mesma função na frase. Entretanto, no livro, não se fala sobre as divisões entre aposto explicativo, aposto especificativo etc.

Já a parte sobre os sintagmas ligados a verbos apresenta a questão do sujeito, que é caracterizado por ser o termo que manda na concordância – o verbo concorda com o sujeito e, quando não há sujeito, concorda na 3ª pessoa do singular. Diferentemente das orações que não são compostas por sujeito, há as orações que possuem o sujeito desinencial, o qual é marcado pela desinência verbal (-mos, -ste, entre outras).

Nesse capítulo também são discutidas as relações do verbo com o seu complemento: os reconhecidos tradicionalmente como objetos. A função destes na frase é, justamente, dar o sentido pendente ao verbo, pois a oração fica incompleta sem os complementos verbais essenciais. Sobre essa questão, é interessante demonstrar que o que vale é a função do complemento: em certas frases, o verbo terá complemento e, em outras, não. Portanto, a questão da memorização de verbos, como se eles pudessem ser apenas “transitivos diretos”, em qualquer frase, é discutida no capítulo.

Mas existem ainda o complemento verbal predicativo, que está relacionado ao núcleo do sujeito, e o complemento verbal agente, que assume a função do “agente da passiva”. De acordo com o livro, não há voz passiva no português brasileiro e, por isso, a nomenclatura está errada. Por fim, destacam-se os complementos adverbiais, os quais são termos “opcionais”, no sentido de não serem obrigatórios para complementar o sentido do verbo.

Os sintagmas ligados a palavras nominais (adjetivos) podem ser complementos nominais ou por complementos adverbiais, sem adição de características, pois os complementos seguem as regras observadas em relação aos nomes e aos verbos, respectivamente.

O complemento ligado a advérbios, por fim, é o adverbial. Entretanto o capítulo expõe a confusão terminológica do termo “complemento adverbial”, tendo em vista que: os complementos nominais se ligam a nomes; os complementos verbais, a verbos; e os complementos adverbiais, a nominais adjetivos, verbos e advérbios. Mas, a fim de não confundir as terminologias, o capítulo adota complemento adverbial para realizar análise sintática. Ao final do capítulo, é separado um espaço para explicar o que é vocativo.

O capítulo “Os tipos de frase” tem como ponto de partida a seguinte noção: para entender o período composto, é necessário compreender as regras que estruturam o período simples, como a questão dos sintagmas e as relações de coordenação e subordinação entre palavras, assim como tudo o que foi analisado nos capítulos anteriores.

A princípio, fala-se sobre as frases sem verbos, mas o enfoque do capítulo está nas frases com verbos (orações). Discute-se sobre coordenação, caso em que as orações são independentes, e sobre subordinação, caso em que as orações são dependentes – a oração subordinada responde a uma palavra que ficou incompleta na oração principal.

Sobre as orações coordenadas, o livro se posiciona contra o uso de nomenclatura de “coordenadas sindéticas ou assindéticas”, pois a utilização ou não de conectivos implica a observação, principalmente, do campo semântico. Afinal, “essas orações não assumem funções sintáticas umas em relação às outras” (p. 144).

As orações subordinadas, que, no capítulo, são reconhecidas por “orações ligadas a uma palavra”, são divididas conforme as classes: nomes e pronomes bases, palavras nominais funcionando como adjetivos, verbos e advérbios (p. 146). As orações ligadas a nomes são: adjuntivas, que assumem o papel exercido pelo adjunto no período simples; completivas nominais, que funcionam como os complementos nominais; e apositivas, que desempenham a função do aposto.

Existem, ainda, as orações ligadas a verbos: subjetivas, que estão relacionadas ao sujeito; completivas verbais, aos complementos verbais; as genitivas, ao complemento verbal agente; e adverbiais, aos complementos adverbiais – de verbos, advérbios e nominais adjetivos.

Quanto às orações ligadas a nominais adjetivos, existem duas classificações: orações completivas nominais e orações adverbiais, que cumprem as respectivas funções dos complementos nominais e adverbiais estudados em capítulos anteriores, com a alteração, somente, de se tratar de uma oração e não de uma palavra. Por fim, existem as orações ligadas a advérbios, as quais se orientam da mesma forma que as outras – mas, nesse caso, são orações que funcionam como complemento adverbial e, portanto, completam o sentido de um sintagma adverbial.

Diferentemente da gramática tradicional, que impõe uma série de nomenclaturas – inclusive algumas refutadas pela obra -, o livro propõe uma visão ampla sobre período simples e período composto, de acordo com a função assumida pelos sintagmas nos “trechos da língua”. Partindo da identificação dos núcleos geradores e dos núcleos dos sintagmas, que servem como base para iniciar a análise de frases nominais e de orações, o livro propõe um desdobramento que possibilita a observação da Sintaxe a partir de critérios sintáticos. Portanto, com o objetivo de delimitar as noções gerais de um campo amplo, a obra se concretiza como uma forma de orientar o estudo sintaxe e, por isso, destina-se àqueles que se interessam pelo assunto, principalmente aos professores – afinal, o livro contempla dicas sobre as melhores práticas a serem desenvolvidas em sala de aula quando se fala de análise sintática.